

## ACERTO DE CONTAS

# Reforma tributária será encaminhada logo ao Congresso

Criação do Imposto sobre Valor Agregado é a principal novidade

Odail Figueiredo

• BRASÍLIA. O Governo pretende encaminhar ainda em novembro ao Congresso o projeto da reforma tributária, segundo disse ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan. A reforma pretende simplificar o atual sistema tributário, diminuir o número de impostos, eliminar a cobrança de tributos em cascata e reduzir a taxaação sobre atividades produtivas.

A principal novidade do projeto de reforma, que está sendo concluído pelo Ministério da Fazenda, é a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O novo imposto seria cobrado sobre todas as transações econômicas, substituído de uma só penada as contribuições sociais, como a Cofins e o PIS, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o ICMS, que é cobrado pelos estados e o ISS dos municípios.

## Receita Federal será reestruturada

De acordo com o projeto, a receita do IVA seria repartida entre Governo federal, estados e municípios. A arrecadação do novo imposto poderia ser feita pelos estados. Mas a competência de fixar alíquotas e normas de recolhimento do tributo seria da União, com o objetivo de evitar a atual guerra fiscal, por meio da qual os estados tentam atrair investimentos concedendo incentivos fiscais às empresas.

— Isso é um ponto-chave para nós, pois somente dessa forma teríamos uma legislação uniforme em todo o país — disse Malan.

O projeto de reforma tributária prevê ainda a criação de um imposto especial sobre produtos ou atividades específicas, como telecomunicações, energia elétrica, combustíveis, cigarro e bebidas. Mas, de acordo com o ministro da Fazenda, esse ponto ainda não está inteiramente definido. Também está em discussão, segundo o ministro, a criação de um imposto sobre Vendas a Varejo (IVV), que seria cobrado pelos municípios.

A discussão da reforma tributária promete ser demorada no Congresso, pois ela afeta diretamente as receitas dos estados e municípios. Nas discussões que já manteve com secretários estaduais de finanças, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, concordou com a proposta de criação de um fundo de compensação para cobrir, durante os primeiros anos de vigência da reforma, os prejuízos que os estados poderiam ter com a mudança no sistema de impostos.

O Governo anunciou ontem também um programa de reestruturação da Secretaria da Receita Federal para fortalecer a atuação do órgão na arrecadação de impostos e combate à sonegação. Através de um projeto de lei a ser apresentado ao Congresso, o Governo pretende transformar a Receita numa autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, com status de agência executiva. Com isso, ela teria maior autonomia e eficiência na gestão de seus recursos mas, em contrapartida, teria que se comprometer a cumprir metas de arrecadação.

## Pessoal da Receita terá plano de carreira

O projeto prevê ainda a criação de um plano de carreira para os funcionários da Receita. Com isso, os fiscais poderiam ter uma remuneração mais elevada, que seria diferenciada em função do mérito e da experiência dos funcionários. De acordo com um documento oficial da Fazenda, a atual estrutura de salários da Receita Federal apresenta distorções graves. Pelo documento, a remuneração inicial (R\$ 4.439) é elevada e a remuneração do pessoal em fim de carreira (R\$ 4.902) é baixa. A pequena diferença entre os salários de início e final de carreira desestimula os funcionários a buscar aperfeiçoamento.